

“NATIVOS”, VERANISTAS E TURISTAS: IDENTIDADES, MUDANÇA E DESLOCAMENTO SÓCIO-CULTURAL NO LITORAL NORTE DA BAHIA

Carlos CAROSO¹
Núbia RODRIGUES²

RESUMO

Em anos recentes a vida dos habitantes tradicionais do Litoral Norte da Bahia tem experimentado alterações sociais, ambientais e econômicas relacionadas à expansão de atividades turísticas. No presente artigo examinamos as consequências destas atividades na área, com ênfase nos conflitos entre os interesses reais das populações tradicionalmente estabelecidas e as propostas de desenvolvimento turístico, renovado sob o rótulo de “turismo sustentável”. Interessa-nos questionar como este conflito se reflete sobre as identidades culturais das populações envolvidas, em dois períodos distintos, e de que maneira a introdução de novos atores sociais na cena, representados pelos turistas, vem provocando o deslocamento dos residentes tradicionais, como resultado da novas ordens econômica e social que se estabeleceram naquelas comunidades.

Palavras chave: turismo, população, deslocamento, sustentabilidade

ABSTRACT

In recent years the life of the traditional inhabitants of the Northern Litoral of Bahia has experienced increasing social, environmental and economic change in connection with tourist activity. In this article we examine the consequences of these activities in the area, with particular emphasis on the conflicts among the real interests of the local populations who have been traditionally established in the area and the intentions of tourist development, renewed under the label of “sustainable tourism”. It is our interest to question how this conflict has affected the cultural identities of the population, in two different periods, and how has the introduction of new social actors to the scene, represented by the tourists, has been dislocating the traditional residents, as a result of the new economic and social orders that have been established in those communities.

Key words: tourism, population, displacement, sustainability

1- Ph.D. em Antropologia Professor Adjunto do Departamento de Antropologia-FFCH/UFBA. Pesquisador do CNPq. Estrada de São Lázaro, 197 - 40.210-730 Salvador, Bahia. Tel: (071) 2450544, Ramal 252, Fax: (071) 237-5856 - E-Mail: caroso@ufba.br

2- Mestre em Antropologia Professora Assistente do Departamento de Antropologia-FFCH Estrada de São Lázaro, 197 - 40.210-730 Salvador, Bahia. Tel: (071) 2450544, Fax: (071) 237-5856 - E-Mail: nubia@ufba.br

INTRODUÇÃO

Com o objetivo de discutir a idéia de “turismo sustentável”, levantamos algumas questões contemporâneas relacionadas aos impactos ambientais, econômicos, sociais e culturais do desenvolvimento turístico induzido sobre populações locais, tomando para análise o exemplo concreto do denominado Litoral Norte da Bahia, à luz dos deslocamentos populacionais e das identidades culturais. Assim, buscaremos estabelecer parâmetros que permitam comparar estes impactos àqueles que geralmente ocorrem como resultado da implantação de outros grandes projetos de desenvolvimento, tais como barragens para geração de energia, abastecimento de água, irrigação; indústrias; auto-estradas; etc., buscando, contudo, refletir sobre as especificidades das atividades turísticas.

A primeira questão a que endereçamos está relacionada às próprias características das atividades turísticas. O turismo não gera energia ou bens tangíveis, mas fluxo de rendas para comerciantes, proprietários de hotéis, agentes de viagem, transportadores aéreos e terrestres, animadores e, para o Estado em todos os seus níveis, na forma de impostos e entrada de moedas fortes, tornando seus impactos muito mais diluídos e de difícil mensuração das suas conseqüências sobre o total da população afetada. A segunda questão, que deriva da afirmação prévia sobre as características e resultados do turismo, refere-se especificamente aos ganhos e perdas reais do pólo receptor dos fluxos turísticos, com relação aos quais levantamos duas formas de questionamento: o primeiro, quanto à natureza dos ganhos e/ou perdas; o segundo, com relação a quem realmente se beneficia e/ou perde em decorrência desta atividade.

As duas questões anteriores constituem o eixo central da nossa análise, cujo recorte permite examinar as conseqüências do desenvolvimento do turismo no Litoral Norte da Bahia, no que se refere aos conflitos entre os interesses reais das populações locais tradicionalmente estabelecidas, e as propostas de desenvolvimento turístico, renovado sob o rótulo de “turismo sustentado”. Questionamos como este conflito se reflete sobre as identidades culturais das populações envolvidas.

TURISMO COMO AGENTE DE MUDANÇA

Grande número dos estudos sobre desenvolvimento e empobrecimento referem-se a populações que foram forçosamente relocadas para áreas completamente novas, como resultado de projetos de desenvolvimento, envolvendo barragens, auto-estradas e indústrias. Nesta mesma linha de desenvolvimento induzido e empobrecimento, os efeitos da expansão do turismo de massa sobre as populações nativas estão por ser apropriadamente avaliados.

A maioria dos estudos antropológicos sobre o turismo examinam os impactos sociais, culturais ou econômicos causados pelos turistas ou pela indústria do turismo nas comunidades receptoras (Oliver-Smith et al., 1989; Greenwood, 1972 & 1977; Peck e Lepie, 1977). Esses estudos se aprofundam ao ponto de incluírem análise dos impactos na subjetividade ao nível interpessoal das populações afetadas (Pi Sunyer, 1977). Contudo, freqüentemente omitem considerações sobre os deslocamentos e relocações das populações, causados por estes impactos e suas perdas, em termos de propriedade, acesso a recursos e empregos tradicionais. Neste sentido, analisar a questão por este ponto de vista constitui uma das principais preocupações neste artigo.

Em vários contextos diferenciados em que as atividades turísticas vêm se expandindo e, crescentemente, se tornando um importante fator de mudança social, cultural e econômica, é possível observar alguns padrões recorrentes de deslocamento populacional, causado pela valorização de terrenos e bens imóveis, bem como pela privatização e controle de recursos de uso comum previamente existentes. Ressaltamos que este deslocamento populacional é também situacional, pois, na maioria das vezes, se verifica dentro dos limites da área de habitação prévia ao avanço da atividade turística.

O turismo doméstico e, especialmente, o turismo de massa internacional, popularizaram-se nos países da Europa Ocidental, nos Estados Unidos e no Japão durante os anos sessenta e setenta. Recentemente, esta atividade vem se tornando realidade para outros habitantes do planeta e atingindo as populações da América do Sul, África e outras partes do globo, elevando-os à nova condição de viajantes, e, não apenas, como estes costumavam ser, receptores de turistas. Conseqüentemente, a atividade turística vem atingindo as mais remotas populações, particularmente aquelas que se encontravam fora dos fluxos do desenvolvimento global, que são, não raro, elas próprias transformadas em atrações turísticas, em vista da sua aparência "exótica", em relação aos valores dominantes num mundo crescentemente globalizado, que busca lazer, entretenimento, aprendizado etc., através das viagens (Shaw e Williams, 1994; Lea 1993).

Algumas formas de turismo tendem a transplantar as amenidades ocidentais para as mais remotas áreas do mundo, afetando profundamente e deslocando as populações previamente existentes nestes locais, as quais, não raro, experimentam grandes perdas iniciais (Murphy, 1995), até que seus membros possam ser adequadamente assimilados pelo mercado de trabalho turístico. Este mercado, além da sazonalidade, está sujeito a profundas flutuações, em vistas de outros fatores fora do seu controle imediato (instabilidade social, política e econômica, violência e criminalidade, epidemias, guerras, insurreições, acidentes ecológicos, fatores climáticos etc.).

Diversamente de outras formas de deslocamentos populacionais involuntários, o turismo, tanto o doméstico quanto o internacional, que pode ser representado pelo turismo étnico, turismo cultural, turismo histórico, turismo ambiental/ecológico, ou turismo recreativo (Smith, 1977 & 1989), age de maneira silenciosa, expandindo-se sobre os espaços preferidos da população, a cultura, as tradições, as propriedades, o trabalho e a vontade dos povos nativos, que são atraídos e seduzidos pelos modos de vida modernos e afluentes, exibidos pelos visitantes.

Esta forma de expansão sobre os espaços, as estruturas sociais, a cultura, os meios de produção e a subjetividade dos indivíduos, caracteriza uma forma disfarçada de deslocamento, cujos maiores efeitos observados sobre a vida das populações tradicionais são representados pela crescente mudança social e econômica, e a imposição de padrões de modernidade que, geralmente, não podem ser adotados e seguidos pelas pessoas residentes nos locais afetados pelo turismo.

No plano subjetivo, o deslocamento sócio-psicológico freqüentemente decorre da perda das muitas referências culturais tradicionais, sem que estas sejam substituídas por outras, fato que pode acarretar severas implicações para o bem estar social, psicológico e mental dos indivíduos e comunidades afetadas.

Com o objetivo de ilustrar o que afirmamos, tomamos para análise o caso do Litoral Norte da Bahia que, nas últimas três décadas, vem passando por mudanças progressivas, em consequência do turismo doméstico e internacional; este último através da presença de turistas europeus ocidentais, preponderantemente alemães e italianos, e de latino-americanos, sobretudo argentinos.

O CASO DO LITORAL NORTE DA BAHIA

Ao longo de quase de duzentos quilômetros da costa que compõe o litoral norte da Bahia, administrativamente dividido em seis municípios (Camaçari, Mata de São João, Entre Rios, Esplanada, Conde e Jandaíra), encontram-se cerca de quinze vilas pesqueiras tradicionais, com pequenas populações, que aos poucos começam a ser afetadas pela modernização e seus símbolos, tais como construção de estradas, instalação de indústrias, reflorestamento e pelo turismo. Todos estes fatos vieram juntos com e foram consequência da melhoria dos meios de acesso e da construção da estrada costeira, no início da década de setenta (Kottak, 1992)¹, e sua expansão e conclusão no início da década de noventa.

Até meados do presente século, a comunicação entre as populações do litoral era limitada às vilas mais próximas, sendo realizada sob a forma de padrões de relacionamento, envolvendo amizade, casamento e várias formas de relações de parentesco. Vale notar entretanto, que muitos dentre os habitantes destas vilas costeiras, até bem recentemente, nunca tinham visitado as localidades mais próximas, ou seus mercados semanais, tais como os de Conde e Palame, distantes cerca de seis quilômetros da costa, preferindo manter suas relações comerciais e buscar os serviços de consumo coletivo existentes nas cidades interiores de Camaçari, Mata de São João, Entre Rios, Esplanada, Jandaíra e, por vezes, em cidades do vizinho Estado de Sergipe.

Este fato pode ser explicado pelas dificuldades de acesso, uma vez que não existiam estradas interligando as localidades situadas ao longo da costa, ao desaparecimento das comunicações por barcos, que ocorreu após a construção da estrada interestadual do interior no início da década de cinquenta, situada cerca de sessenta quilômetros de distância ao longo da costa. Esta estrada interligou as cidades interiores, sendo abertos acessos entre estas e as vilas costeiras, que passaram a suprir seus mercados de peixe e outros produtos do mar e água doce, além de efetuarem todo o transporte dos seus produtos por terra.

O modo de vida tradicional das populações locais do Litoral Norte da Bahia se encontra fundamentalmente relacionada a agricultura, a pecuária bovina, a pesca e pequena produção doméstica, que inclui o artesanato em palha como fonte de rendimento monetário. Recentemente, este vem buscando se ajustar às mudanças que aí vem ocorrendo, como resultado da intensificação dos fluxos de turistas para a área.

Foto I - Grupo em mudança do local de residência, Arembepe, 1996

O ajuste a estas mudanças frequentemente tem resultado em alguma forma de deslocamento, seja físico, tal como a mudança dos antigos locais de residência, seja social e psicológico, causado pelo empobrecimento e descenso social de parte das populações tradicionais, como consequência do aumento da competição pelo controle dos recursos disponíveis através do desenvolvimento induzido do turismo itinerante e do turismo residencial (Oliver-Smith et al, 1989).

A construção da primeira parte da estrada costeira, Estrada do Coco, em 1972, e Linha Verde², em 1993, causou mudanças em todas as localidades ao longo de sua extensão. Seus resultados foram não apenas a integração das populações tradicionais aos grandes centros urbanos, notadamente Salvador, como também permitiu a intensificação da circulação de pessoas entre as diversas núcleos urbanos da litorânea. Contudo, é importante notar, que os motivos para a construção destas rodovias de acesso foram sobretudo para atender à demanda por espaços de lazer e turismo, que vem crescentemente se expandindo naquela direção, criando oportunidades para a implantação de infra-estrutura que melhor atenda às suas necessidades, aliada a busca de novas formas de investimento econômico (Caroso, 1994).

As características peculiares do complexo ambiental costeiro, largamente constituído do mar, praias, rios, manguezais, dunas, coqueirais e lagoas internas de água doce, constituem atrações ímpares para os turistas. Várias formas de pesca e coleta são as atividades mais

relevantes para as populações locais, exemplificadas pela pesca marítima e em águas interiores, cata de caranguejo e vários tipos de crustáceos, nos manguezais. A pesca à tartaruga e coleta dos seus ovos e a caça à baleia, que no passado constituíram atividades de grande importância, se encontram proibidas por lei e sob controle governamental.

Da história recente do turismo na área, duas fases de desenvolvimento turístico podem ser distinguidas. A primeira fase, que teve início no começo da década de setenta com a construção do primeiro segmento da estrada costeira, que deu acesso a algumas vilas tradicionalmente agrícolas e pesqueiras ao longo da costa próxima a Salvador, tais como Abrantes, Arembepe, Jauá, Itacimirim e Praia do Forte etc. A segunda fase, iniciada na presente década, como resultado da extensão da rodovia costeira até o extremo norte do Estado, que desde sua conclusão em 1993, incorporou as vilas remanescentes ao sistema de transporte rodoviário costeiro, permitindo acesso fácil e rápido a estas áreas e às suas populações, a partir de Praia do Forte até Mangue Seco.

PRIMEIRA FASE DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

A partir do início da década de setenta, o governo estadual desenvolveu projetos para induzir o desenvolvimento turístico da área. Além da construção de rodovias, foram também incentivados o estabelecimento de hotéis e outros serviços voltados para o turismo, dando início ao que chamamos primeira fase do desenvolvimento turístico induzido no Litoral Norte.

A consequência mais imediata da construção da primeira etapa da estrada costeira, que ora se encontra concluída, foi o incentivo ao turismo local. Os turistas de então eram constituídos principalmente por **veranistas**, cujas presenças largamente influenciaram os preços das terras, casas e bens de consumo nas vilas costeiras. A valorização dos imóveis encorajou os proprietários a venderem suas terras, bem como alugar ou vender suas casas, levando-os a sair dos locais em que viveram por toda a vida, para viverem em condições potencialmente insatisfatórias e inferiores às que tinham anteriormente.

Foto II - Residência de veranistas e estabelecimentos de serviço
voltados para o turismo no local da antiga vila de pescadores

Em alguns dos locais afetados pelo primeira explosão turística, parte significativa da população tradicional perdeu seus locais de moradia e tornou-se empobrecida. Alguns, num primeiro momento, foram abrigados em habitações construídas sob patrocínio dos poderes públicos, geralmente compostas por pequenas casas, com paredes de cimento e cobertura de

telhas de folhas de flandres ou asbestos, ou lote residencial, para os que não obtiveram uma casa pronta. Exemplos deste tipo são encontráveis na localidade de Arembepe, município de Camaçari, onde até mesmo as áreas úmidas, mais afastadas do centro do povoado, foram aterradas para dar lugar à construção de residências, seja de turistas, seja de nativos deslocados.

Foto III - Residências construídas pelo Poder Público para a população deslocada.

Foto IV - Alternativa de moradia para os não contemplados com casas doadas pelo governo.

Os novos assentamentos em geral encontram-se distantes dos locais de trabalho e dos equipamentos de uso coletivo, tais como escolas, serviços médicos, abastecimento de água e mercados, próximos a estradas, o que frequentemente aumenta o risco para adultos e crianças, na sua perambulação diária, em busca do preenchimento das suas necessidades.

Na primeira fase do desenvolvimento turístico induzido no Litoral Norte, não apenas a população teve seus padrão de vida rebaixado, em consequência do deslocamento físico, como também um número significativo de pescadores perdeu o controle dos barcos de pesca, em consequência da introdução de outros de maior porte que exigiam maiores investimentos de capital que eles não dispunham. A competição pela pesca em águas locais com os novos barcos, foi, em grande medida, responsável pelo deslocamento dos barcos de menor porte e das jangadas, cujas jornadas são limitadas e não dispõem de capacidade de estocagem a frio. Os barcos de grande porte, mais competitivos, geralmente pertencem a pessoas de fora da comunidade, ou a pessoas locais que adquiriram capital em outras áreas, e findam por absorver a força de trabalho dos pescadores locais, provocando alterações importantes na estrutura de empregos. Muitos pescadores que, no passado possuíam seus próprios barcos, os perderam como resultado da acirrada e desigual competição, passando, portanto, à condição de trabalhadores assalariados, cujos rendimentos dependem basicamente de sua produtividade pesqueira. Particularmente no caso das jangadas, cujo alcance de pesca é muito limitado, sua diminuição vem se processando muito rapidamente, como forma de ajustamento às novas condições. Em futuro muito próximo isto poderá significar seu desaparecimento como instrumento de produção pesqueira.

Parece claro que na primeira fase de desenvolvimento turístico induzido, os custos sociais para a população foram mais altos que os ganhos representados pelas novas oportunidades de emprego ou benefícios sociais, tais como educação, saúde, etc. A maioria dos empregos oferecidos na área foram no setor de construção civil, não podendo ser inteiramente preenchidos pela força de trabalho existente, devido à sua alta especialização em pesca, agricultura e atividades relacionadas, fato que tornou necessário a importação de trabalhadores de fora, para atender à demanda. Outras oportunidades surgiram nos serviços domésticos e de vigilância, em casas de veraneio (serviços de caseiros), muito embora tais oportunidades fossem reduzidas, assim como eram baixos os salários oferecidos.

SEGUNDA FASE DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

A SEGUNDA FASE do desenvolvimento turístico induzido no litoral norte teve início com a complementação da BA-099, com especial ênfase nos seus aspectos turísticos, ligando a Estrada do Coco ao Estado de Sergipe, dando, assim, acesso às vilas costeiras que até então preponderantemente experimentavam fluxos de turismo local, com limitados impactos sobre as populações residentes, comparado ao que posteriormente viria a ocorrer.

Diversamente da PRIMEIRA FASE do desenvolvimento turístico que carecia de qualquer grande infra-estrutura e planejamento governamental, a SEGUNDA FASE vem ocorrendo a partir de certo nível de planejamento, incluindo a regulamentação do uso e conservação da área costeira, e várias formas de incentivos massivos para investimento em turismo, que vem tendo rápida resposta do setor empresarial privado. Em nenhuma das duas fases, entretanto, as populações locais tradicionais foram consideradas como parte componente do ambiente total.

Os custos da infra-estrutura destinada ao turismo, a ser implantada pelos poderes públicos, tais como estradas, telecomunicações, eletricidade, distribuição de água tratada, etc., deverão ser financiados por recursos internacionais, estando destinado o investimento de cerca de 200 milhões de dólares norte americanos para o Complexo Turístico Praia do Forte-Sauípe (BAHIATURSA, 1992).

O setor privado vem respondendo com planos de investimentos futuros, que, em um único projeto de *resort* turístico, planeja cifras superiores a um bilhão de dólares nos próximos quinze anos, na construção de complexos hoteleiros, marina, campos de golfe e parques temáticos, criando aproximadamente 28.000 empregos diretos para sua operação plena. É importante notar que o total da população das vilas próximas ao local onde deverá ser implantado o projeto, é inferior a 5.000 pessoas, que carecem de treinamento profissional que as permita preencher as demandas pelo trabalho especializado que deverá surgir. Consequentemente, a maioria do trabalhadores especializados e semi-especializados deverá ser importada de fora da área, em detrimento das populações locais. É relevante registrar que este é apenas um, dentre os muitos projetos menos ambiciosos, na ocupação de mais de cem quilômetros do Litoral Norte atingidos pela Linha Verde.

Enquanto os projetos de desenvolvimento turísticos são elaborados pelos futuros investidores, a ocupação turística espontânea e semi-dirigida vem sendo acelerada, como resultado da facilidade de acesso oferecida pelas estradas recentemente construídas, afetando as populações tradicionais, que, em consequência disso, são temporariamente ou permanentemente deslocadas. Os deslocamentos acontecem de duas formas principais: as casas são alugadas e seus moradores mudam para a casa de parentes ou para pequenas casas construídas no fundo das residências originais, comumente referidas como "puxados"³, que apresentam condições precárias de habitação. Em outros casos, o deslocamento se processa através da construção de casas, de qualidade inferior, em áreas marginais, portanto menos valorizadas, para residência temporária ou permanente. No caso de residência permanente, a casa original, que aos poucos sofreu melhorias, melhor localizada, com relação às zonas mais valorizadas, poderá ser vendida em consequência das pressões de mercado. Os preços oferecidos pelos imóveis atingem níveis bastante elevados tanto para aluguel, quanto para venda, especialmente nos meses de grande afluxo de turistas (dezembro a março).

A principal razão para este comportamento, por parte dos antigos residentes, é a necessidade de ter dinheiro para manter o padrão de vida e consumo gerados pela nova ordem social e econômica, que lhes impõe mudança nos hábitos. Isto pode ser exemplificado pelo fato que a demanda acrescida por alimentos, provenientes das fontes tradicionais, geralmente, resultaram em aumento de preço e um consequente empobrecimento na qualidade da dieta das populações locais. Alimentos anteriormente produzidos localmente, são substituídos por outros adquiridos no mercado, tanto em decorrência das altas demandas, quanto do consequente aumento dos seus preços.

Outras formas de ingresso monetário é através da obtenção de empregos assalariados e estabelecimento de negócios próprios. Ambos, contudo, estão vinculados ao crescimento sazonal da oferta de empregos e de oportunidades comerciais relacionadas ao turismo. Por outro lado, além de novos visitantes, a atividade turística tem atraído novos agentes econômicos, que vêm de várias partes para investir nos negócios relacionados ao turismo durante os meses de verão. Isto pode ser exemplificado, entre outros, pela localidade de Sítio do Conde, onde no verão de 1995, foi instalada uma filial de um dos mais famosos restaurantes de comidas típicas de Salvador, que durou apenas um verão.

A pesca não planejada e sem controle vem se tornando um dos maiores problemas para as comunidades do Litoral Norte. Em vista da alta demanda e dos preços compensadores, a super-intensificação da extração de peixes, camarão, lagosta e outros crustáceos, frequentemente em desrespeito aos períodos de defeso, tem afetado a recomposição dos estoques. Este fato se verifica especialmente porque a regulamentação da pesca, no que se refere à proteção à reprodução das espécies, não vem sendo observada, em decorrência da alta competitividade entre os barcos pesqueiros. Vale mais uma vez ressaltar que grande parte destes barcos pertence a pessoas de fora da área, com pouco ou nenhum conhecimento sobre pesca ou tradição pesqueira, atraídas para estes locais, em virtude do crescimento das oportunidades e facilidades presentes.

Aliado a isso, as novas regras do mercado de trabalho prevêm contratos de participação assalariada, nos quais os antigos pescadores entram com sua força e demais instrumentos de trabalho, tais como anzóis, linha etc., sendo que o proprietário do barco fornece o combustível, o gelo e a comida utilizados durante a estadia em alto mar.

À primeira vista, este tipo de contrato de participação, beneficiaria o pescador, uma vez que os maiores custos da atividade pesqueira de grande porte, quais sejam, alimentação dos trabalhadores, manutenção do barco e conservação do pescado, são da responsabilidade do proprietário do barco. Entretanto, os pescadores têm obrigação de vender o resultado da pesca ao proprietário do barco, por preços abaixo daqueles praticados no mercado, exceto pelo produto destinado ao autoconsumo.

FASES DO TURISMO COMPARADAS

Nesta SEGUNDA FASE do desenvolvimento turístico induzido, a ênfase tem sido na instalação de grandes *resorts* turísticos, estando alguns projetos com a construção em andamento. Na PRIMEIRA FASE, a maioria dos investimentos, além de se verificar em caráter descontínuo, era de pequeno porte, com exceção ao conjunto de Praia do Forte, no qual uma fundação privada tem direcionado a ocupação da área, observando um plano diretor cuidadosamente elaborado, tornando o local um dos atraentes *resorts* turísticos no Brasil.

Aparentemente, nesse projeto administrativo implementado em Praia do Forte há uma consideração no que se refere à preservação da paisagem e "clima pitoresco" do

povoado, seja a partir da preservação das fachadas das antigas casas, seja a partir da regulamentação rigorosa para a construção de novas edificações, dentro de padrões estabelecidos pelos administradores (um dos primeiros impactos percebidos em outros povoados, é do ponto de vista visual-arquitetônico, devido às alterações drásticas no padrões de construção, que passam a ser influenciados por modelos considerados mais "modernos" e "urbanos"). Há ainda a preocupação com questões ambientais, o que não se verifica em outras localidades do Litoral Norte.

Entretanto, esse projeto, que vem sendo idealizado e dirigido por uma única pessoa, e que poderia ser considerado modelo a ser seguido em outras localidades, traz implicações sérias no que se refere ao lugar da população tradicional neste processo.

Assim, é que, a população foi deslocada das residências e terras em que viveu e trabalhou por toda sua existência. Seu acesso aos recursos naturais existentes, tais como lenha, água e caça foi drasticamente limitado ou totalmente retirado/proibido. Grande parte dos habitantes de Praia do Forte tornou-se inquilina da fundação privada, que lhes aluga as mesmas casas, outrora, por eles construídas e foram proprietários. Além da perda da propriedade, devido à chegada do empreendimento turístico, os moradores de Praia do Forte tiveram suas características e tradições culturais (danças, rituais religiosos, artes e artesanato) transformados em comodidades para o consumo de turistas domésticos e estrangeiros. Além disso, são proibidos de usar as áreas de perambulação e os recursos naturais aos quais tradicionalmente sempre tiveram acesso. Por outro lado, as mudanças ambientais, tanto naturais quanto artificialmente provocadas, resultantes do desenvolvimento turístico induzido, afetou recursos tradicionalmente disponíveis para uso da população, sendo ainda responsabilizadas pela introdução de novos elementos no ambiente local, entre eles, alguns são indesejáveis e temidos pela população local.

Da maneira que se verifica no momento, o turismo tem sido um agente relevante para se compreender a mudança social e cultural e deslocamento social, cultural, econômico e psicológico das populações pesqueiras tradicionais, embora esta responsabilidade, muitas vezes não se apresente direta ou claramente. O deslocamento disfarçado pode ser ilustrado, entre outras formas, pelo fato das novas gerações não poderem obter suas próprias casas e fundarem famílias nucleares próprias, em decorrência dos altos preços no setor imobiliário. Este fato tem resultado na aceleração da migração de jovens em busca de empregos fora da

área. Busca esta que se dá em consequência da sazonalidade e instabilidade dos empregos locais, resultante da variação da intensidade dos negócios, que flutua entre os períodos de alta, durante o verão, quando o turismo atinge seu ápice, para a baixa estação, ou seja, no inverno, quando a atividade turística atinge seu ponto mais baixo.

Outrossim, a migração de mulheres está frequentemente relacionada a uniões maritais com turistas, que empreendem suas viagens com o objetivo de obter parceiras para levar de volta a seus países, quando não exclusivamente em busca de aventuras sexuais no próprio local. De resto, este tipo de relacionamento provoca um impacto a mais sobre os padrões de comportamento e expectativas sexuais de homens e mulheres, o que pode resultar em dificuldades de obtenção de parceiras para os homens locais.

Tem se verificado pouca ou nenhuma reação por parte das populações afetadas pelas mudanças introduzidas pelo desenvolvimento turístico, uma vez que esta tem grandes expectativas que o turismo venha a melhorar suas vidas. Movimentos sociais, quando ocorrem, são geralmente organizados pelas Colônias de Pesca. Exceto em Praia do Forte, onde o movimento social organizado pelos residentes defende a manutenção dos seus direitos tradicionais de moradia e acesso aos recursos que foram retirados pela fundação privada que administra a área, a maioria das populações costeiras afetadas pelo turismo tem pouca organização política, sendo que, suas demandas relacionam-se a aspectos bastante práticos, voltados às condições de pesca e equipamentos (financiamento de barcos, motores navais, suprimento de gelo, etc.). É importante registrar que, grande parte das pessoas envolvidas no processo tem consciência que as decisões são tomadas fora da área, não lhes restando nenhum poder que garanta o respeito aos seus interesses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na atual situação, o desenvolvimento turístico induzido representa uma das mais altas prioridades governamentais para o Litoral Norte da Bahia, o que nos leva a crer que em futuro bastante próximo toda a área será incorporado a esta atividade. Neste sentido, é urgente e necessário que a abordagem dos planejadores e formuladores de políticas governamentais seja sensibilizada, de maneira a evitar intervenções impostas do topo para a base, que afetam profundamente as populações envolvidas, sem que lhe seja dada voz na condução dos

processos. O planejamento e elaboração de políticas públicas deve incluir a participação das populações locais, nas grandes decisões sobre a especialização turística da área, de maneira que possam escolher a forma como vão trilhar estes caminhos.

É necessário ainda, que seja considerado o desenvolvimento de recursos locais, inclusive de recursos humanos, através da educação global para a cidadania, o que inclui a educação profissionalizante, de tal maneira que as populações locais possam atender às demandas crescentes impostas pelo turismo, com o uso dos recursos, meios locais e investimentos induzidos, através das estratégias desenvolvidas em conjunto com os planejadores governamentais, sem que sofram quaisquer tipo de pressões ou sejam deslocadas dos sítios onde têm vivido e desenvolvido suas atividades há muitas gerações.

Acreditamos que só uma abordagem participativa poderá construir uma relação menos traumática entre o desenvolvimento turístico induzido e as expectativas e potenciais das populações locais, de modo a permitir a implantação do denominado “turismo sustentado”, preservando as peculiaridades das populações locais e suas identidades culturais, que, em grande parte, constituem um dos atrativos para o turismo. Desta forma, acreditamos ser necessário:

1º - o reconhecimento explícito pelos planejadores sociais e pelos governantes que as populações afetadas pelo turismo são populações deslocadas, devendo incluir em suas pautas de planejamento mecanismos que evitem qualquer tipo de deslocamento real ou mascarado, como resultado dos projetos de desenvolvimento turístico;

2º - o fortalecimento dos investimentos no capital humano local através de ações proativas, que venham a definir o perfil educacional adequado à demanda, expandir a oferta escolar e melhorar a qualidade das instituições educacionais; implantar ações preventivas e serviços de saúde adequados e ajustados às demandas; estimular e fortalecer a oferta de serviços e estabelecer indústrias locais de pequeno porte e de alta utilização de mão-de-obra. Entre outras ações, estas deverão permitir que as pessoas possam definir sua participação no desenvolvimento turístico induzido pelos poderes públicos, como uma, entre outras prioridades no desenvolvimento social e econômico da área.

3º - identificação e encorajamento do desenvolvimento de modelos locais de participação, baseados nas necessidades expressas pelos grupos locais, que incluam representações dos habitantes tradicionais e representantes das populações recentemente atraídas pelas oportunidades de negócios.

Desta forma, a análise das relações entre os empreendimentos turísticos e as características culturais das populações locais, deverá constituir um dos aspectos de maior destaque quando considera os impactos sócio-econômicos e culturais desta atividade. Neste sentido, não se pode perder de vista que o turismo não deve ser pensado apenas para atender interesses econômicos de geração de riquezas, mas também para promover desenvolvimento social, guardando respeito pelas características culturais peculiares das populações envolvidas, que, freqüentemente, constitui um dos maiores atrativos para o turismo.

Entre os aspectos a serem analisados nas relações sócio-econômicas e culturais das diversas formas que assume o turismo com as comunidades visitadas, encontram-se os impactos que se verificam entre os visitantes e os visitados/anfitriões, resultantes das diferenças que possam existir entre estes. Quando a atividade turística é um fator de mudança social, econômica e cultural, quanto maiores forem as diferenças existentes entre os visitantes e anfitriões, maiores serão os potenciais para o estresse e o conflito, sendo estes diminuídos quando os padrões de vida de ambos são semelhantes, pois, são reduzidas as diferenças sociais que potencialmente poderiam gerar estas situações.

Para que os ganhos econômicos do turismo possam beneficiar uma comunidade, é necessário um planejamento adequado, prevendo a participação dos representantes legítimos das comunidades. Em geral as populações locais são atraídas para o turismo pelas suas possibilidades de oferta de emprego, sendo a frustração destas expectativas um dos principais fatores na geração dos conflitos. Em locais nos quais as disparidades econômicas são muito marcadas ou que há frustração das expectativas iniciais, o estresse pode aflorar por causa da aparência dos turistas, tal como por serem estes concebidos como "ricos", "ociosos" etc. As dificuldades relacionais entre visitantes e anfitriões podem ser ainda agravadas pela dificuldade de entendimento de posições e papéis sociais em cada cultura.

A implantação de projetos voltados para atendimento do turismo, envolvem não apenas a reestruturação espacial e redefinição do uso do solo de todas as regiões afetadas, como também sua reordenação econômica e redefinição funcional, as quais são acompanhadas de

marcadas transformações ambientais. As mudanças no modo de vida das populações surgem, freqüentemente, como resultado da introdução de uma série de atividades destinadas a atender aos visitantes, gerando ocupações temporárias que alteram as relações sociais previamente estabelecidas, assim como resulta em alterações de valores e expectativas.

Esta redefinição econômica e espacial, ao tempo em que possibilita uma reestruturação social e cultural sobre novas bases, promove a desestruturação de formas anteriormente existentes, sobre as quais as comunidades locais encontravam-se organizadas, gerando o surgimento de novos padrões e atores sociais, destinados a atender às demandas estabelecidas pelos novos padrões de consumo introduzidos nas áreas. Entre as preocupações presentes na avaliação da implantação dos projetos de desenvolvimento turístico, deve estar a de direcionar os impactos positivos de forma a potencializá-los para que tragam menores perdas e benefícios significativos para as populações diretamente afetadas por sua presença, evitando, a todo custo, que os deslocamentos sociais e choques culturais venham a constituir um fator de desagregação das culturas e organizações sociais locais.

BIBLIOGRAFIA

BAHIATURSA. 1992. Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia-PRODETUR/BA. Salvador: SEC-Bahiatursa.

CAROSO, Carlos. 1994. A Que Caminhos Levará a "Linha Verde"? O Presente e o Futuro das populações do Litoral Norte da Bahia. *Jornal do Litoral Norte*. Ano IV, No. 36. Abril de 1994

GREENWOOD, David J. 1972. Tourism as an Agent of Change. *Ethnology*. 11(1):80-91

_____. 1977. Culture by the Pound: An Anthropological Perspective on Tourism as Cultural Commoditization. In, V.L. Smith, ed. 1977. *Hosts and Guests: The Anthropology of Tourism*. Philadelphia: The University of Pennsylvania Press.

KOTTAK, Conrad P. 1992. *Assault on Paradise: Social Change in a Brazilian Village*. 2nd. Ed. New York: McGraw Hill

LEA, John P. *Tourism and Development in the Third World*. New York: Routledge. 1988.

MURPHY, H. B. M. *Flight and Resettlement*. Montreal, University of Quebec in Montreal, 1995.

OLIVER-SMITH, Anthony, F.J. Arrones and J.L. Arcal. 1989. "Tourist Development and the Struggle for Local Resource Control. *Human Organization*. No. 4. Vol. 48:345-351.

PECK, John G. and Alice S. Lepie. 1977. Tourism and Development in Three North Carolina Coastal Towns. In, V. L. Smith, ed. *Hosts and Guests: The Anthropology of Tourism*. Philadelphia: U. of Pennsylvania Press.

PI-SUNYER, Oriol. 1977. Through Native Eyes: Tourists and Tourism in a Catalan Maritime Community. In, V.L. Smith, ed. *Hosts and Guests: The Anthropology of Tourism*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

SHAW, Garret and Allan M. Williams. 1994. *Critical Issues in Tourism: A Geographical Perspective*. Oxford: Blackwell

SMITH, Valeine L., ed. 1977. *Hosts and Guests: The Anthropology of Tourism*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

SMITH, Valeine L., ed. 1989. *Hosts and Guests: The Anthropology of Tourism*. Second Edition. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

NOTAS

¹ O estudo de Konrad Kottak trata de uma das localidades costeiras a que nos referimos, considerando a mudança ocorrida em menos de duas décadas que separam o primeiro do segundo momento de sua análise.

² A “Linha Verde” é a continuação da BA-099, rodovia costeira que interliga Salvador ao Estado de Sergipe.

³ Constituem adições de cômodos feitas às casas já construídas, com a finalidade de acomodar as novas necessidades dos grupos domésticos, em geral pelo crescimento da família.